

O POTENCIAL DO ENSINO À DISTÂNCIA NA CAPACITAÇÃO DO SETOR PÚBLICO: A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO NO AUXÍLIO À ELABORAÇÃO DOS PLANOS LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS

Carolina M. Rebouças França – carolinarfranca@gmail.com

Eliana S. Junqueira de Andrade – elianaja@gmail.com

Patrícia Fraga Rocha Rabelo – fragapat@gmail.com

Universidade Federal Fluminense - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU

Rua Passo da Pátria, 156 - Bloco D - sala 541

CEP: 24210-240 – Niterói – Rio de Janeiro

Resumo: O ritmo de mudanças e a velocidade das novas tecnologias se refletem na prática do ensino-aprendizagem. Um país continental como o Brasil, para que o setor público possa melhorar sua capacidade de gestão, necessita que o seu quadro de funcionários mantenha-se constantemente atualizado em diversos temas. Precisa se valer cada vez mais de técnicas de ensino de amplo alcance territorial. O ensino a distância (EAD) é um instrumento capaz de atender a esse público. Pode ser um instrumento de grande importância para capacitação de engenheiros e arquitetos que participam das administrações públicas em nosso país. O curso de ensino à distância EAD/PLHIS é decorrente de ação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades com objetivo de capacitar técnicos e dirigentes de governos municipais e estaduais, assim como outros agentes sociais, para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e dos Planos Estaduais de Habitação de Interesse Social (PEHIS). Em 2009 e conforme dados do IBGE, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro 43 estavam em processo de elaboração e 23 já teriam concluído seus Planos Locais de Habitação. Este artigo tem o propósito de iniciar um exame na efetividade desta técnica de ensino, no âmbito da gestão pública dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, sobre os aspectos das habilidades dos tutores para implantação, acompanhamento da técnica e das condições tecnológicas e materiais pedagógicas necessárias para sua implementação.

Palavras-chave: *Ensino a distância (EAD), Capacitação, Setor público, TICs, Plano Local de Habitação de Interesse Social, Capacitação de engenheiros e arquitetos.*

1. Introdução

O ensino de um modo geral vem se transformando para acompanhar o ritmo de mudanças e a velocidade que as novas tecnologias imprimem no cotidiano das pessoas (MARTINS E CAMPESTRINI, 2004), quer seja no que se refere ao ensino nos ambientes acadêmicos como no que se refere à capacitação para o trabalho. Com as tecnologias cada vez mais rápidas e integradas, o conceito de presença e distância se altera profundamente e as formas de ensinar e aprender também (MORAN, 2004). O processo de ensino-aprendizagem passa a diminuir o tempo passivo dos alunos, substituindo parte desse tempo por atividades práticas, em um ambiente virtual, similar ao dos ambientes de trabalho. (WOLYNEC, 2006)

Nesse sentido, o computador pode colaborar no aprender a aprender e no saber pensar, desde que seu manejo inclua este desafio (DEMO, 1997, P. 59 IN MARTINS E

CAMPESTRINI, 2004). A utilização desse instrumento na educação, tem como uma de suas características, a capacidade de respeitar o ritmo da aprendizagem e os tempos que se impõe aos indivíduos (LOLLINI, 1991, P. 43, IN MARTINS E CAMPESTRINI, 2004). Possibilita ampliar a abrangência de seu atendimento, tanto no que se refere às distâncias quanto a quantidade de pessoas beneficiadas. Permite, ainda, a troca de experiências diversas, com maior velocidade. Com o aumento da velocidade, ver-se e ouvir-se à distância é cada vez mais fácil e barato (MORAN, 2004). Através do computador, aluno e professor interagem e atuam como pesquisadores. O professor procura as interações mais produtivas e o aluno procura a solução dos seus problemas. (LOLLINI, 1991 IN MARTINS E CAMPESTRINI, 2004).

Diante das transformações estruturantes das novas tecnologias da informação, o ambiente de trabalho recebe fortemente seus impactos. Segundo MORAN (2004), “não há mais profissão ou conhecimentos que se aprendam na Escola para serem usados pelo resto da vida.” Nesse sentido, “as instituições que resistirem às mudanças não sobreviverão”, profetiza ELISA WOLYNEC (2006). As empresas na prática estão compelidas a se atualizarem constantemente para se manterem competitivas e se transformarão em organizações de aprendizagem, investindo no e-learning. A educação se torna assim cada vez mais complexa e mais importante para as pessoas, empresas e países, incorporando novas dimensões intelectuais, emocionais e éticas. As tecnologias na educação tendem a ser cada vez mais audiovisuais, instantâneas e abrangentes e ao mesmo tempo flexíveis e customizadas para atender às possibilidades e aos interesses dos alunos. Com as exigências e necessidades do mercado de trabalho e com a grande oferta de novos espaços eletrônicos de interação e com a explosão da educação a distância, há a tendência de que esses espaços eletrônicos sejam cada vez mais utilizados para facilitar a aprendizagem. (MARTINS E CAMPESTRINI, 2004).

O professor assume um novo papel. Segundo RABELO (2006), “muda-se o foco do processo de ‘ensino’ para o processo de ‘aprendizagem’, bem como o papel do professor como transmissor para mediador, facilitador e gestor de pessoas”. Assim, ele deve atuar como mediador do aprendizado construído coletivamente, deve se reciclar e aprender a aprender constantemente, pois só assim terá a certeza de que os softwares e demais tecnologias poderão atingir os objetivos pedagógicos. Precisa atuar também um tutor, capaz de estimular o senso crítico e a inovação. É importante que o tutor considere a individualidade dos participantes, suas estratégias ou dificuldades de compreensão, procurando orientá-lo no redirecionamento de seus estudos. Na educação presencial a compreensão parcial, pode ser controlada na tarefa cotidiana, mas com o aluno à distância, a compreensão parcial pode converter-se em uma construção errônea do conhecimento sem que o tutor tenha oportunidade de reorientá-lo imediatamente (ENSUR-IBAM, 2009). Os cursos devem ser mais interativos, dirigidos a aprendizagem coletiva, privilegiando o debate, sem um conteúdo muito rígido (MORAN, 2004).

O foco deve ser cada vez mais na aprendizagem (MORAN, 2004). Segundo DELORS (1998), a educação do futuro deverá se basear em quatro aprendizagens fundamentais: o "aprender a conhecer", o "aprender a fazer", o "aprender a viver" e o "aprender a ser". O "aprender a conhecer", recai sobre o compreender, o conhecer e o descobrir, recomendando-nos que o conhecimento seja transmitido juntamente com a cultura geral. O "aprender a fazer", refere-se à formação profissional que atravessa profundas transformações. O trabalho se "desmaterializa", e a "competência individual" é valorizada, numa combinação de formação técnica com a capacidade de iniciativa e de comunicação, com a aptidão para o trabalho em equipe, com o gosto pelo risco e com a habilidade para administrar conflitos. O terceiro pilar é o "aprender a viver juntos ou conviver com os outros", na capacidade de compreender o diferente, de argumentar, de dialogar, de negociar e participar de projetos comuns, de perseguir um objetivo comum. Com o último pilar, o "aprender a ser", que implica no auto-conhecimento e reafirma o reconhecimento do outro.

2. O Ensino a Distância no Setor Público e os Planos Locais de Habitação de Interesse Social

Não é de hoje que o setor público necessita de treinamento e capacitação de seus funcionários para melhoria na gestão e que a abrangência do atendimento em um país continental como o nosso precisa utilizar técnicas de amplo alcance no ensino. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, em 1996, inovou a capacitação da administração pública lançando cursos a distância para o aprimoramento técnico a servidores municipais que não podiam se deslocar de seu local de origem para participar de cursos presenciais. Foram, assim, formatados e ofertados os primeiros cursos por correspondência sobre os principais temas destinados ao aperfeiçoamento da gestão municipal, iniciativa que ampliou ao longo do tempo e se adaptou às novas exigências tecnológicas. Coube ao IBAM, na época, inclusive, impulsionar a mudança da imagem dos cursos por correspondência que geralmente eram vistos com algum preconceito (IBAM, 2009)

Ainda no que se refere ao setor público, são os municípios mais capacitados aqueles que conseguem com mais facilidade o acesso ao crédito e a linhas de financiamento. Os municípios mais pobres, que mais precisam desenvolver políticas eficazes, são justamente os que contam com menor autonomia na implementação de políticas e menor capacidade de alavancagem de recursos (CARDOSO E RIBEIRO, 2000). Visando uma gestão de qualidade, com planejamento de ações no setor de habitação popular, em 16 de junho de 2005, foi aprovado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, Lei Federal 11.124/2005, que dentre suas premissas estabelece que para acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, os estados e municípios deverão elaborar previamente os seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS. Recentemente, através da Resolução nº24, o Conselho Gestor do FNHIS definiu a data de 31/12/2010 como limite para os estados e municípios apresentarem seus PLHIS.

No entanto, a maioria de nossos municípios carece de pessoal capacitado para lidar com o tema e no Brasil temos mais de 3.900 municípios com população inferior a 20.000 e menor capacidade técnico-administrativa, distribuídos por um vasto território.

Há, portanto, que se “aprender a fazer”, e em curto espaço de tempo. Nesse sentido, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estipula através do Art. 80 que: “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.” Aliado a esta determinação legal as da Política Nacional de Habitação (PNH) sobre o planejamento habitacional municipal, no seu eixo de integração da política de habitação à política urbana coloca como fundamental para o desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) a sua articulação aos Planos Diretores Municipais.

Nesse contexto, EAD/PLHIS, fundamentado nas determinações legais e nas necessidades para a efetivação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, apresenta-se não apenas como técnica de ensino para capacitação, mas, também como recurso gerencial do setor público. Conforme o Ministério das Cidades o EAD/PLHIS tem por fim: alavancar e acelerar o processo de elaboração dos PLHIS pelos estados, distrito federal e municípios; garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos; uniformizar conceitos relativos a assentamentos precários e déficit habitacional; disponibilizar metodologias para identificação, quantificação e qualificação das necessidades habitacionais locais; viabilizar o acesso e a disseminação de informações, dados, estudos e documentos já produzidos que caracterizam e analisam a questão urbana e habitacional brasileira; e, promover a aproximação e o diálogo entre técnicos (engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e advogados) e professores especialistas no setor da política habitacional.

Do exposto, estão presentes dentre os objetivos da implantação do EAD/PLHIS aspectos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, e da abrangência a todos os níveis de gestão pública, uma vez que os planos habitacionais interagem fortemente com questões sociais, relativas à infraestrutura urbana, ao saneamento, transportes e o meio-ambiente, além de aspectos fundiários e relacionados ao mercado imobiliário.

Os termos alavancar e acelerar o processo, uniformizar conceitos, viabilizar o acesso e disseminação de informações e promover a aproximação e o diálogo são os instigadores do propósito deste artigo: examinar as habilidades dos tutores para implantação e acompanhamento da técnica e das condições tecnológicas, materiais e pedagógicas necessárias para sua implementação. O EAD é o somatório do ensino a distância e da aprendizagem à distância e nesta equação a análise das situações da tutoria e das tecnologias de informação e comunicação tornam-se indispensáveis.

O Tutor na modalidade de um trabalho de ensino a distância deve atender a requisitos de capacidade como: domínio dos conhecimentos específicos da informática; capacidade de expressão; competência para a análise e resolução dos problemas; conhecimentos relativos (teóricos e práticos) e capacidade para buscar e interpretar informações (EMERENCIANO, 2001, P.8)

No caso do EAD/PLHIS, e para tanto, o MCidades através do Termo de Referência nº 01/2008, estabelece os objetivos para a contratação de um consultor, pessoa física, CONTEUDISTA – Especialista em planejamento e gestão urbana e habitacional de interesse social, para a confecção do Manual de Elaboração dos PLHIS, do material didático de apoio às atividades de ensino e aprendizagem, e para orientação acadêmica, supervisão e acompanhamento da tutoria do EAD sobre o tema.

O curso foi estruturado a partir da elaboração prévia de material didático que incluía o manual do participante e o manual do Tutor do EAD. Para seleção de tutores estava prevista a aplicação de exercícios de aprendizagem, fixação e avaliação. Para o conteúdo foi elaborado material bibliográfico de referência e um glossário com os termos técnicos utilizados nos processos de elaboração de planos habitacionais, segundo os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

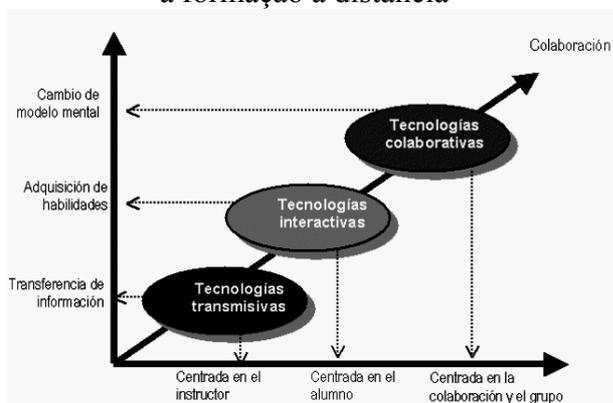
A regulamentação do Art. 80 da Lei nº 9.394/96, pelo Decreto nº 2494/98 em seu Art. 1º, apresenta definição oficial para a EAD: “A Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”, identifica-se que já é reconhecido pela esfera da Educação que a universalização e democratização dos serviços de informação e comunicação superam a condição de meio fundamental para cidadania, quando agregam a essa condição a disponibilidade dos acessos a recursos tecnológicos de comunicação e informação para capacitar seus usuários no manejo desses recursos e também como produtores de conteúdo.

A rede de informação e comunicação proposta, requisitada e em execução pelo EAD/PLHIS insere-se no contexto de ensino e aprendizagem colaborativa. Dentre os modelos de tecnologias aplicadas à formação a distancia (Figura 1), abordados por Ortiz (2001, p.3), a aprendizagem colaborativa rompe com a estrutura clássica das relações próprias das concepções educativas e/ou formativas tradicionais. Não ocorre uma relação vertical e entre um sujeito titular do conhecimento (professor, instrutor...) e o objeto receptor (aluno), mas sim um diálogo intersubjetivo. Neste contexto a definição das atribuições do tutor assim como das plataformas tecnológicas é básico para o êxito do uso técnica de capacitação e suas finalidades. Ortiz (2001, p.9) apresenta a pirâmide das necessidades (Figura 2) para o desenvolvimento do EAD através das tecnologias de comunicação e informação.

Desenvolver serviços de assessoria, produtos e insumos técnicos de apoio à implementação e execução do EAD/PLHIS são entre outras, e no Termo (EAD/PLHIS), anteriormente citado, atribuições do conteudista (tutor). Estes produtos têm como objetivo: sistematizar dados e informações sobre habitação de interesse social; oferecer insumos ao processo de implementação e execução do EAD; servir de base para definição de conteúdos de cursos de capacitação, na metodologia EAD, que permitam a transformação para a linguagem web por design instrucional (pedagogos virtuais) e programadores gráficos; prover subsídios técnicos e orientação aos tutores nos aspectos relativos aos conteúdos programáticos.

A capacidade tecnológica nos campos da informação e comunicação, estabelecidos nas estruturas municipais está como condicionante para o desenvolvimento destes produtos. (Figura 2)

Figura 1: Modelos de tecnologias aplicadas à formação à distância



Fonte: ORTIZ, 2001

Figura 2: Pirâmide para o desenvolvimento da “Teleformação”



Em função desta condicionante foi operada uma busca sobre a tecnologia de informação (TI) disponível nas estruturas públicas administrativas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. A fonte das informações foi o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresenta nos seus canais, o perfil dos municípios brasileiros. Reunidas e sintetizadas as tabelas a seguir apresentam a situação quantitativa dos municípios (RJ) quanto a: política ou plano de inclusão digital; computadores, ligados em rede, com a internet; página na internet em elaboração e sem página na internet e garantia de acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet.

Tabela 1 - Municípios, total e aqueles com política ou plano de inclusão digital, com indicação dos projetos e ações implementadas por esta política, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com política ou plano de inclusão digital				
		Total	Projetos ou ações implementadas por esta política			
			Com criação de Telecentros por iniciativa da prefeitura	Computadores com acesso à internet disponibilizados para uso do público	Computadores na rede municipal de ensino com acesso à internet para alunos e professores	outros
Rio de Janeiro	92	84	64	40	61	14

Fonte: Elaboração própria sobre base do IBGE, Pesquisa de informações básicas municipais, da Tabela 56, 2009.

Tabela 2 - Municípios, total e os que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet, por meio utilizados, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Que garantem o acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na internet			
		Total	Meio utilizado		
			Quiosque instalado em locais de grande circulação de público	Instalações públicas governamentais	Outros
Rio de Janeiro	92	51	15	33	15

Fonte: Elaboração própria sobre base do IBGE, Pesquisa de informações básicas municipais, da Tabela 54, 2009.

Nas “tabelas 1 e 2” os dados quantitativos observados oferecem um perfil das condições para atender a perspectiva do EAD/PLHIS quanto ao acesso e inclusão de parte de seu público alvo aos recursos de informação e comunicação digitais. Além de capacitar Técnicos municipais e estaduais, empregados da Caixa Econômica Federal, movimentos sociais, consultorias e demais agentes sociais a técnica deverá manter este público envolvido e comprometido com a elaboração e o acompanhamento dos planos locais e estaduais de habitação. Assim sendo as informações derivadas de organizações não governamentais que venham a alimentar as bases de dados para a capacitação devem contar com apoio tecnológico. Apesar do indicador numérico positivo, quanto à política ou plano de inclusão digital, na sua totalidade a garantia de acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na internet não é abrangente.. Já as “tabelas 3 e 4” (abaixo) oferecem indicadores numéricos sobre as condições de infra-estrutura para transmissão e disseminação de informações, dados, estudos e documentos e interação e integração dos atores envolvidos.

As informações aqui não indicam o caráter qualitativo destas bases tecnológicas estabelecidas nas estruturas municipais. Não informam como estão sendo usados estes ambientes nem se eles comportam, em suas configurações, ferramentas a nível de software que permitam além de visualização de mapas digitais, obter e cruzar dados sobre temas relativos ao EAD/PLHIS.

Tabela 3 - Municípios, total e com existência de computadores, ligados em rede, com a internet e forma de acesso, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com existência de computadores				
		Total	Ligados em rede	Com internet e forma de acesso		
				Total	Discada	Banda larga
Rio de Janeiro	92	92	87	92	1	91

Fonte: Elaboração própria sobre base do IBGE, Pesquisa de informações básicas municipais, da Tabela 48, 2009.

Tabela 4 - Municípios, total, com página na internet em elaboração e sem página na internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2009

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com página na Internet em elaboração	Sem página na Internet
Rio de Janeiro	92	5	1

Fonte: Elaboração própria sobre base do IBGE, Pesquisa de informações básicas municipais, da Tabela 52, 2009.

Em Março de 2010 o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CG-FNHIS) se reuniu para avaliar o desempenho dos contratos de PLHIS (2007-2008). Quanto às ações de capacitação, em julho de 2009, nos municípios do Estado do Rio de Janeiro o resultado alcançado foi de 49 municípios capacitados e 99 pessoas capacitadas pelo EAD/PLHIS (Tabela 5).

O público alvo envolvido e avaliado inclui técnicos municipais e estaduais (engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e advogados), empregados da CAIXA, Conselhos Gestores de Fundos de Habitação de Interesse Social, movimentos sociais, consultorias e outros agentes sociais. Apesar dos dados do IBGE, 2009, apontar que dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro 43 estavam em processo de elaboração e 23 já teriam concluído seus Planos Municipais de Habitação, o CG-FNHIS avalia como capacitados, para tanto, apenas 49 municípios.

Tabela 5 – Resultados alcançados – 2009

MUNICÍPIO	UF	DATA	MUN. CAPACITADOS	PESSOAS CAPACITADAS
Recife	PE	28 e 29 maio	96	220
Belo Horizonte	MG	4 junho	45	108
Rio de Janeiro	RJ	3 julho	49	99
João Pessoa	PB	23 e 24 julho	56	179
Fortaleza	CE	30 julho	107	198
Juazeiro do Norte	CE	31 julho		89
Aracaju	SE	10 e 11 agosto	52	171
Maceió	AL	12 e 13 agosto	96	220
São Paulo	SP	17 e 18 agosto	60	233
Salvador	BA	27 e 28 agosto	59	103
Florianópolis	SC	01 e 02 outubro	144	701
TOTAL			764	2321

FONTE: DICT/SNH/Mcidades, 2009

Fonte:MCidades, 2010

3. Avaliação do curso de EAD/PLHIS

A extensão e expansão da EAD estão associadas ao desenvolvimento e intensificação das tecnologias de informação e comunicação necessárias a efetivação desse tipo de ensino-aprendizagem, como também à demanda crescente de e por formação e qualificação, e da necessidade de democratizar o ensino. Mas, o fundamental não é apenas a disponibilidade de recursos tecnológicos avançados nem as demandas estabelecidas e sim o acompanhamento e avaliação contínua e abrangente do processo de EAD, no sentido de atestar itens essenciais para a implantação, desenvolvimento e efetividade deste tipo de técnica nas instituições: integração com políticas definidas para o ensino específico, a equipe profissional envolvida e com caráter multidisciplinar, a condição para e de comunicação/interatividade entre tutor/aluno, a qualidade dos recursos educacionais e a infra-estrutura de apoio.

EAD/PLHIS é um recurso para ensino/aprendizagem. Seu propósito torna-o muito abrangente quanto ao conteúdo e ao público alvo. Este conteúdo, a elaboração nos municípios dos seus Planos Municipais de Habitação, deverá ocorrer sobre bases uniformes. Sua efetividade exige tutores altamente qualificados, preparados, inseridos e dispendo de suporte tecnológico avançado que respondam a diversidade cultural, de infra-estrutura, socioeconômica e de interesses políticos existente nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, onde a presença e a distância se altera profundamente e as formas de ensinar e aprender também.

O recurso do EAD apresenta também um grande potencial de aplicação em outras áreas de interesse das administrações públicas, especialmente na capacitação de engenheiros e arquitetos que auxiliam tecnicamente na administração e gestão das cidades e que atuam nas áreas de urbanismo, saneamento, transportes e meio ambiente, cujas políticas e legislações vêm sofrendo modificações ao longo do tempo. Com relação à política urbana, o Estatuto da

Cidade, Lei 10.257/2001, estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores municipais. Nesse sentido, a Fundação Getúlio Vargas vem oferecendo turmas para curso de Desenvolvimento Urbano à Distância (FGV,2010). Na área de saneamento a Lei nº 11.445/2007, regulamenta a obrigatoriedade dos municípios elaborarem seus planos de saneamento básico (MCidades, 2010), exigindo da mesma maneira o aprofundamento e a discussão do tema nas municipalidades . A tendência é que cada vez mais os municípios precisem atualizar seus servidores e que essa demanda, em face das dificuldades de constantes deslocamentos, possa ser suprida com cursos à distância.

Segundo um dos participantes do curso de EAD/PLHIS entrevistado, era grande a disparidade de conhecimento do tema pelos alunos. O conteúdo do material didático foi considerado de boa qualidade, mas alguns textos apresentados para leitura eram complexos e exigiam um grau de conhecimento anterior para sua compreensão. A cada aula havia um fórum para estimular a participação, mas o nível de troca entre os participantes era pequeno. Na prática os alunos apresentavam suas idéias, mas não as debatiam, e o professor ao final procurava fazer uma amarração das contribuições. Houve uma crítica também a respeito dos exercícios aplicados não serem comentados. As turmas eram grandes, com cerca de 400 pessoas, o que imprimia um caráter genérico, para atender a um público tão variado. Assim, problemas e questões específicas não tinham como ser esclarecidas ou resolvidas naquele ambiente (BARANDIER, 2010).

Para outros participantes, o conteúdo do curso e a bibliografia disponibilizada foram de muito boa qualidade e as matérias apresentadas nos fóruns se mostraram interessantes e bastante informativas, na medida em que problemas de realidades muito diversas eram colocados pelos participantes de diferentes partes do país. Os exercícios ou fichas tarefas foram considerados muito extensos para serem elaboradas no espaço de tempo determinado, uma vez que os participantes não deixaram de exercer suas funções diárias no serviço público. O curto tempo de duração do curso, 40 semanas, com módulos muito longos, também prejudicou em parte o melhor aproveitamento do curso para alguns, principalmente para os que não tinham experiência anterior na área habitacional. As dúvidas de muitas pessoas, em alguns casos não foram respondidas pelos coordenadores, como eram denominados os tutores do curso. Por outro lado, a qualificação dos orientadores e o conhecimento deles sobre tema foram avaliados como excelentes (LESSA; BRANCO, 2010).

4. Considerações Finais

O ensino, de um modo geral, vem procurando introduzir novas tecnologias, tanto nos ambientes acadêmicos como na capacitação para o trabalho. As tecnologias cada vez mais rápidas e integradas alteram cada vez mais as formas de ensinar-aprender e o ensino-aprendizagem passa a se utilizar de um ambiente virtual, similar ao dos ambientes de trabalho.

Diante do avanço das novas tecnologias da informação as empresas estão compelidas a se atualizarem constantemente para se manterem competitivas. Ao mesmo tempo a educação se torna cada vez mais audiovisual, instantânea e abrangente e ao mesmo tempo flexível e customizada em função das necessidades dos alunos e do mercado de trabalho. Nesse contexto, o professor assume um novo papel, de mediador do aprendizado construído coletivamente, e também de tutor, capaz de estimular o senso crítico e a inovação.

No que se refere ao setor público há que se capacitar os municípios para o desenvolvimento de suas políticas visando uma gestão de qualidade. Nesse sentido, em função da aprovação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, estados e municípios deverão elaborar os seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social, para uma atuação planejada na área de habitação. Há, portanto, que se “aprender a fazer”, e em curto espaço de tempo. Nesse contexto, EAD/PLHIS, fundamentado nas determinações legais e nas necessidades para a efetivação dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, apresenta-

se não apenas como técnica de ensino para capacitação, mas, também como recurso gerencial do setor público. Dentre objetivos da implantação do EAD/PLHIS aparecem aspectos de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, e da abrangência a todos os níveis de gestão pública, onde o Tutor deve dominar os conhecimentos informática ter competência para a análise e resolução de problemas, conhecimentos teóricos e práticos e capacidade para buscar e interpretar informações.

No caso do EAD/PLHIS, o Ministério das Cidades contratou um especialista em planejamento e gestão urbana e habitacional para elaboração de material didático, que também incluiu o manual do participante e o manual do Tutor do EAD. A rede de informação e comunicação proposta, insere-se no contexto de ensino e aprendizagem colaborativa que valoriza o diálogo intersubjetivo. Neste contexto, a definição das atribuições do tutor assim como das plataformas tecnológicas é condicionante para o êxito do uso técnica de capacitação e suas finalidades.

Em função desta condicionante foi operada uma busca sobre a tecnologia de informação (TI) disponível nas estruturas públicas administrativas nos municípios do Estado do Rio de Janeiro a partir de informações obtidas junto ao IBGE, contendo a situação quantitativa dos municípios (RJ) quanto a: política ou plano de inclusão digital; computadores, ligados em rede, com a internet; página na internet em elaboração e sem página na internet e garantia de acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na Internet. Verifica-se que apesar do indicador numérico positivo, quanto à política ou plano de inclusão digital, na sua totalidade, a garantia de acesso ao público dos serviços disponibilizados na página na internet não é abrangente. As informações não indicam o caráter qualitativo das bases tecnológicas estabelecidas nas estruturas municipais. Não informam como estão sendo usados estes ambientes nem se eles comportam em suas configurações ferramentas em nível de software que permitam além de visualização de mapas digitais, obter e cruzar dados sobre temas relativos ao EAD/PLHIS.

Na avaliação do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, dos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro, apenas 49 estariam capacitados para elaborar seus PLHIS.

Segundo alguns dos participantes consultados sobre a qualidade e efetividade do curso de EAD/PLHIS o conteúdo do material didático e a bibliografia disponibilizada foi considerada de boa qualidade. Os fóruns estimulavam a participação e as debatidas nos fóruns se mostraram interessantes e informativas, embora com um nível de trocas inferior ao desejado. O caráter do curso embora genérico, em função das numerosas turmas, atendia a um público muito diversificado em sua base de conhecimento sobre o assunto. O curto tempo de duração do curso, com módulos muito longos, também prejudicou em parte o aproveitamento do curso, principalmente para aqueles que tinham menos experiência na área habitacional. A qualificação dos tutores e o conhecimento deles sobre tema foram avaliados como excelentes.

O funcionário do setor público necessita de treinamento e capacitação para melhoria na gestão. Um país tão amplo como o Brasil, que pretende implantar uma política habitacional abrangente, que incorpore as políticas urbanas, fundiárias, sociais e ambientais precisa utilizar técnicas de vasto alcance no ensino e na capacitação do seu pessoal que é constituído basicamente por engenheiros, arquitetos, técnicos sociais e advogados. A técnica de EAD, como foi apresentada nesse artigo, é uma opção viável e muito interessante no apoio a capacitação de pessoal das administrações estaduais e municipais, para facilitar a elaboração e implementação dos seus respectivos planos habitacionais. Apresenta também um grande potencial de aplicação em outras áreas de interesse das administrações públicas, especialmente na capacitação de engenheiros e arquitetos que auxiliam tecnicamente na administração e gestão das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAUTO, L. C.; RIBEIRO, L.C. Q. **A Municipalização das Políticas Habitacionais: uma avaliação da experiência recente (1993-1996)** Rio de Janeiro: FASE: UFRJ; IPPUR. Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 2000. 52 p.
- BARRAVIERA, A.S.; JORGE, A. M.; CATANEO, A., BARRAVIERA, B.; DUARTE, M. A.; SOUZA, M.F.S. ; DOMINGUES, P.F.; FERREIRA JÚNIOR, R.. **Bases legais do ensino a distância no Brasil**. Disponível em: <http://www.unesp.br/proex/ead/resumos/modulo5.doc>. Acesso em: 20 maio.2010.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 maio. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. **Indicadores de qualidade para cursos de graduação à distância**. Disponível em: www.pr5.ufrj.br/curso_distancia/.../Indicadores_de_Qualidade_do_MEC.pdf. Acesso em 20 maio. 2010.
- BRASIL. Lei 10.257 /2001. Estatuto da Cidade
- BRASIL. Lei 11.124 /2005. Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS
- BRASIL. Nº 11.445/2007. Lei do Saneamento
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília-DF: MEC/UNESCO, 1998.
- EMERENCIANO, M. do S. J. ; SOUSA ,C. A. Lopes de; FREITAS, L. G. de. **Ser Presença como Educador, Professor e Tutor**. Revista Colabora, Curitiba, v.1, n.1 - p. 4-11,2001. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://www5.fgv.br/fgvonline/InternaInternaCurso.aspx?prod_cd=DURBEAD_00&gclid=CJjmjejnaMCFY0e7godehoHmA. Consulta em 03 de agosto de 2010.
- IBAM. Licitação MDS2/2009. **Consorcio IBAM-NUPEC**. Rio de Janeiro, 2009
- IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros-2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/defaulttab.shtm>> Acesso em: 19 maio. 2010.
- GIROLETTI, DOMINGOS A. **A educação do futuro**. Data de publicação no site: 28/03/2005.
- MARTINS E CAMPESTRINI, 2004
- MINISTÉRIO DAS CIDADES/DICT/SNH. **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Brasília: MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009.**
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Reunião CGFNHIS Março 2010**. Disponível em: www.cidades.gov.br/.../cgfnhis/Acao%20Apoio%20a%20Elaboracao%20de%20PLHIS.pdf. Acesso em: 18 maio. 2010.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES/DICT. **Termo de Referência Nº 01/2008**. Disponível em: www.cidades.gov.br/.../habitacao/.../TR_CONTEUDISTA2Chamada.pdf> Acesso em: 18 maio. 2010.
- MORAN, José Manuel. **Texto publicado em: Mundo Virtual. Cadernos Adenauer IV, nº6**. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, abril, 2004, páginas 31-45.
- ORTIZ, R. C. de M. **El aprovechamiento de las tecnologías de la información y la comunicación para la creación de redes de aprendizaje colaborativo: la experiencia de Telefónica de España**. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/obref/formacion_virtual/tele_aprendizaje/casado.htm> Acesso em: 18 maio. 2010.
- RABELO, Patrícia Fraga Rocha. Panorama Atual da Educação Superior a Distância no Brasil. In: **Educação, Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social: fazendo recortes na multidisciplinaridade**. Ed: Fast Design, Salvador, 2006.

WOLYNEC, Elisa, 2006. **O futuro da educação superior**. Junho 2006

ENTREVISTAS REALIZADAS:

BARANDIER, Henrique. IBAM, Rio de Janeiro- 26 de maio de 2010.

LESSA , Juliana Martins - Diretora de Desenvolvimento Habitacional. Secretaria Estadual de Infraestrutura do Governo de Alagoas – SEINFRA-AL. Maceio- AL-27 de maio de 2010.

BRANCO, Noeme M. A. F. L. C.. Gerente de Apoio a Assistência Operacional a Obras Hidricas. Secretaria Estadual de Infraestrutura do Governo de Alagoas – SEINFRA-AL. Maceio- AL- 27 de maio de 2010.

(Free translation)

THE POTENTIAL OF THE DISTANCE EDUCATION TRAINING IN THE PUBLIC SECTOR: THE USE OF THE METHOD TO AID IN THE PREPARATION OF LOCAL PLANS FOR SOCIAL HOUSING - PLHIS

Summary: The pace of change and speed of new technology are reflected in the practice of teaching and learning. A continental country like Brazil, in order to improve the public sector's management capacity, requires that its staff stay constantly updated on various topics. (Brazil) needs to rely increasingly on teaching techniques of broad territorial scope. Distance learning (EAD) is an instrument or tool capable of reaching this objective. This technique can be an instrument of great importance to training engineers and architects who participate in the public sector. The course distance learning EAD / PLHIS is due to action of the National Housing, Ministry of Cities and has the objective of training technicians and managers of state and local governments, as well as other social agents for the preparation not only of Local Housing Plans of Social Interest (PLHIS), but also of State Plans for Social Housing (PEHIS). In 2009 and according to the IBGE, among the 92 municipalities of Rio de Janeiro, 43 were in process of development and 23 already have completed its Local Housing Plans. The purpose of this article is to initiate a review on the effectiveness of technical education under the governance of municipalities of Rio de Janeiro, concerning aspects of tutors' skills for deployment, monitoring of technical and technological conditions and teaching materials necessary for its implementation.

Keywords: Distance learning, Training, Public sector, Local plan for social housing, Training of engineers and architects.